



Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas 2º Trimestre - 2021





Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Executiva
Secretaria de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa
Diretoria de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade

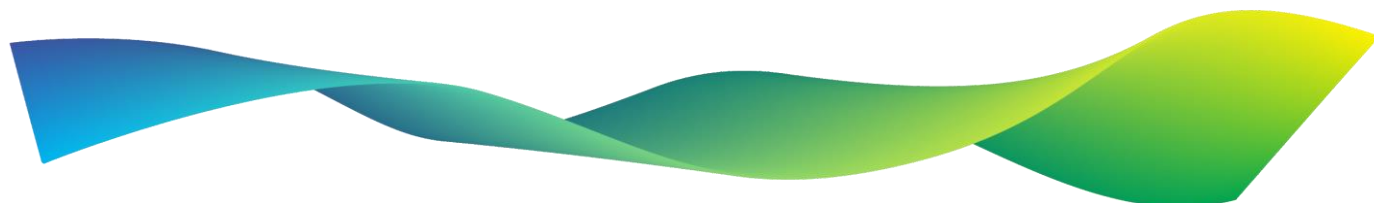
Notas Explicativas sobre às Demonstrações Contábeis do Ministério do Desenvolvimento Regional

2º trimestre de 2021

1) Contexto Operacional – Apresentação do Órgão 53000

O Ministério do Desenvolvimento Regional, órgão da administração pública federal direta, teve sua estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança aprovado pelo Decreto nº 10.773, de 23 de agosto de 2021. Decreto este que também definiu competência ao Ministério para tratar sobre os seguintes temas:

- I - política nacional de desenvolvimento regional;
- II - política nacional de desenvolvimento urbano;
- III - política nacional de proteção e defesa civil;
- IV - política nacional de recursos hídricos;
- V - política nacional de segurança hídrica;
- VI - política nacional de irrigação, observadas as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- VII - política nacional de habitação;
- VIII - política nacional de saneamento;
- IX - política nacional de mobilidade urbana;
- X - formulação e gestão da política nacional de ordenamento territorial;
- XI - estabelecimento de diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos programas de financiamento de que trata a alínea "c" do inciso I do **caput** do art. 159 da Constituição;
- XII - estabelecimento de normas para o cumprimento dos programas de financiamento relativos ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO;
- XIII - estabelecimento de normas para o cumprimento das programações orçamentárias do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam e do Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor;
- XIV - estabelecimento de diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de



Desenvolvimento da Amazônia - FDA, do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO;

XV - estabelecimento de diretrizes e critérios de alocação dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS;

XVI - estabelecimento de metas a serem alcançadas nos programas de habitação popular, de saneamento básico e de infraestrutura urbana realizados com aplicação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

XVII - estabelecimento de diretrizes e normas relativas à política de subsídio à habitação popular, ao saneamento e à mobilidade urbana;

XVIII - planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional, metropolitano e urbano;

XIX - planos, programas, projetos e ações de:

- a) gestão de recursos hídricos;
- b) infraestrutura e garantia da segurança hídrica;
- c) irrigação;
- d) proteção e defesa civil e de gestão de riscos e desastres; e
- e) habitação, saneamento, mobilidade e serviços urbanos.

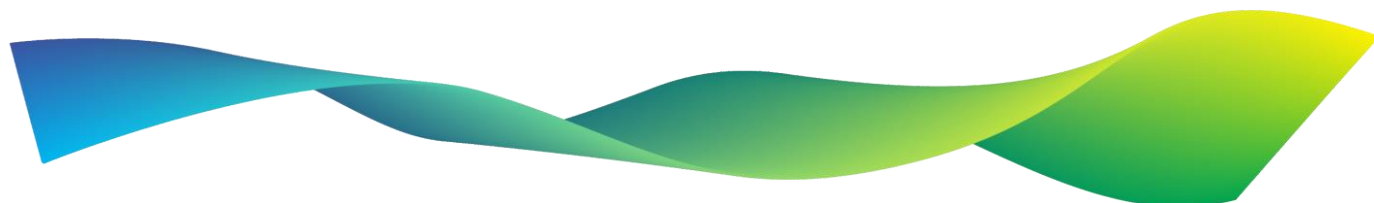
2) Demonstrações Contábeis - DCON

O objetivo das Demonstrações Contábeis das entidades do Setor Público é fornecer informações sobre a entidade, que sejam úteis aos usuários dessas informações, para propósitos de tomada de decisão ou de prestação de contas dos recursos públicos utilizados, bem como a transparência da empregabilidade desses recursos.

A Resolução 1.333, de 25/11/2008, definiu Demonstração Contábil: *“a técnica contábil que evidencia, em período determinado, as informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio das entidades do Setor Público e suas mutações”*.

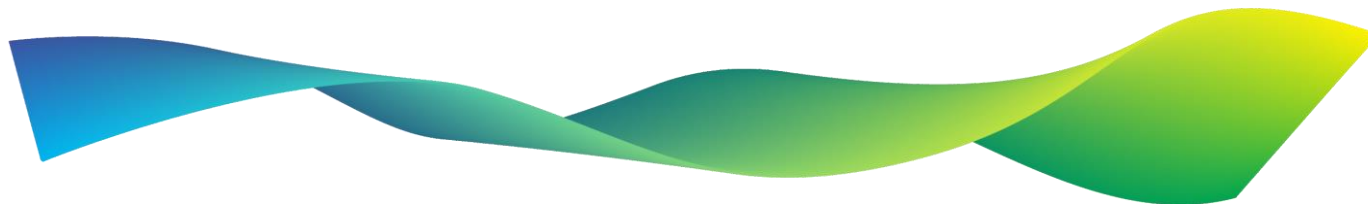
O MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 8ª edição – Parte V, definiu os seguintes Demonstrativos Contábeis a serem publicados pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Comparado com os resultados trimestrais de 2020, os Demonstrativos Contábeis do Ministério do Desenvolvimento Regional evidenciaram informações fidedignas fundamentais para a promoção da transparência dos resultados alcançados no segundo trimestre de 2021, conforme anexados abaixo:

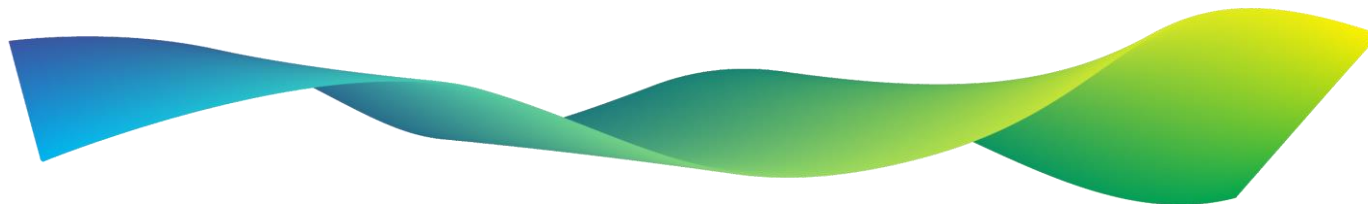


Balço Patrimonial

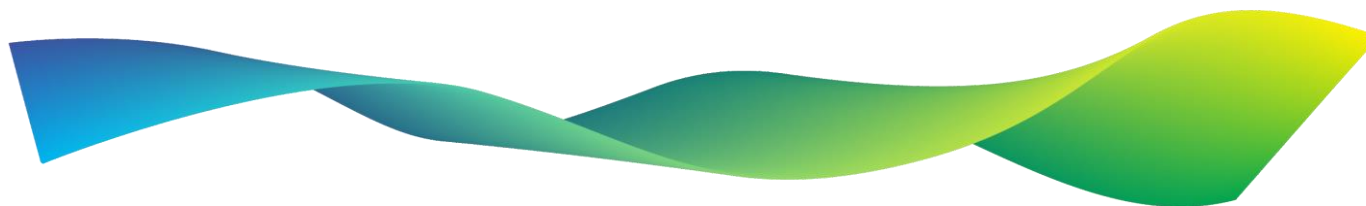
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	N.E.	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	N.E.	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		65.375.801.876,97	65.313.555.279,00	PASSIVO CIRCULANTE		10.047.860.207,82	10.067.410.875,74
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	32.513.506.593,94	29.450.651.845,81	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	05	294.205.034,85	243.118.450,74
Créditos a Curto Prazo	02	32.782.291.222,13	35.788.099.677,74	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		7.356.883,07	5.840.945,29
Clientes		95.503.192,26	85.664.035,11	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	06	306.110.880,93	225.260.274,83
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		26.372.327.479,77	28.082.653.631,73	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		268.238,52	253.829,50
Dívida Ativa Não Tributária		17.105.263,65	17.105.263,65	Obrigações de Repartição a Outros Entes	07	3.890.689.096,19	-
Demais Créditos e Valores		7.516.161.603,42	8.702.798.743,24	Provisões a Curto Prazo		251.995.836,43	322.518.690,30
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo		-1.218.806.316,97	-1.100.121.995,99	Demais Obrigações a Curto Prazo	08	5.297.234.237,83	9.270.418.685,08
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		22.169,77	29.850,20	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.052.315.256,68	3.470.646.983,07
Estoque		79.608.587,83	74.433.850,99	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		3.235.083.400,43	39.118.545,43
VPDs Pagas Antecipadamente		373.303,30	340.054,26	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		318.813.765,41	290.800.817,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		163.409.059.383,13	155.949.408.420,95	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		20.968.886,79	20.968.886,79
Ativo Realizável a Longo Prazo		141.643.808.637,34	134.613.579.292,43	Provisões a Longo Prazo		431.403.091,67	3.074.129.233,40
Créditos a Longo Prazo	03	141.336.280.433,44	134.306.047.598,08	Demais Obrigações a Longo Prazo		44.431.113,17	43.919.501,20
Clientes		1.643.766,14	1.659.131,13	Resultado Diferido		1.614.999,21	1.709.999,25
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		141.835.972.842,11	134.805.552.166,88	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		14.100.175.464,50	13.538.057.858,81



Dívida Ativa Não Tributária	39.326.281,73	39.134.318,42	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Demais Créditos e Valores	1.213.767.343,78	1.185.283.376,26	ESPECIFICAÇÃO		2021	2020
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-1.754.429.800,32	-1.725.581.394,61				
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	307.528.203,90	307.531.694,35	Patrimônio Social e Capital Social		12.180.081.942,07	12.180.081.942,07
Investimentos	21.362.391,76	21.891.421,84				
Participações Permanentes	21.339.696,22	21.868.726,30	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		569.631.983,36	401.902.255,10
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	17.051.543,14	17.051.543,14	Ajustes de Avaliação Patrimonial		33.706.140,92	33.706.140,92
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	4.288.153,08	4.817.183,16	Demais Reservas		1.950.877,82	2.199.249,26
Demais Investimentos Permanentes	22.695,54	22.695,54	Resultados Acumulados	2009	201.899.314.851,43	195.107.016.253,79
Demais Investimentos Permanentes	22.695,54	22.695,54	Resultado do Exercício		6.728.173.714,08	16.650.106.057,39
Imobilizado	21.613.174.276,73	21.190.730.679,62	Resultados de Exercícios Anteriores		195.107.264.625,23	178.232.334.165,87
Bens Móveis	2.068.617.551,83	2.024.335.201,26	Ajustes de Exercícios Anteriores		63.876.512,12	224.576.030,53
Bens Móveis	3.203.331.455,00	3.102.004.029,43	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		214.684.685.795,60	207.724.905.841,14
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.133.206.344,83	-1.077.503.860,61				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-1.507.558,34	-164.967,56				
Bens Imóveis	19.544.556.724,90	19.166.395.478,36				



Bens Imóveis	<u>04</u>	22.182.790.462,69	21.690.752.319,16				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-1.353.073.027,87	-1.318.165.399,04				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-1.285.160.709,92	-1.206.191.441,76				
Intangível		130.568.122,16	123.061.071,92				
Softwares		110.995.862,66	103.488.171,62				
Softwares		124.863.852,66	116.345.729,65				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-13.867.990,00	-12.857.558,03				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		6.999.819,93	7.000.460,73				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		8.061.611,86	8.062.252,66				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-1.061.791,93	-1.061.791,93				
Direitos de Uso de Imóveis		12.572.439,57	12.572.439,57				
Direitos de Uso de Imóveis		12.572.439,57	12.572.439,57				
Diferido		145.955,14	145.955,14				
Diferido		255.028.533,21	255.028.533,21				
(-) Amortização Acumulada		-254.882.578,07	-254.882.578,07				



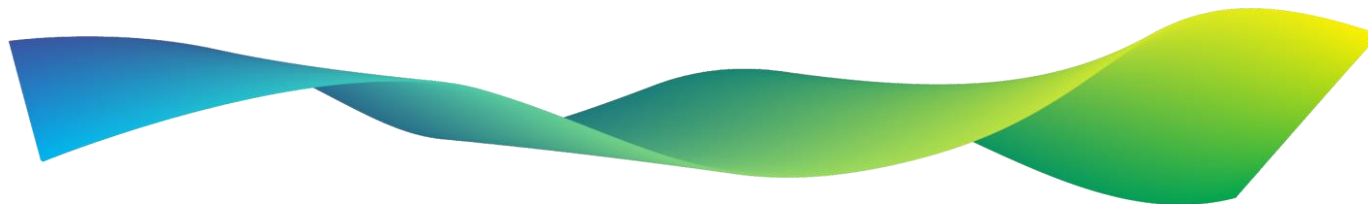
TOTAL DO ATIVO		228.784.861.260,10	221.262.963.699,95	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		228.784.861.260,10	221.262.963.699,95
-----------------------	--	---------------------------	---------------------------	--	--	---------------------------	---------------------------

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	32.719.579.350,93	29.657.346.262,23	PASSIVO FINANCEIRO	29.158.918.661,88	26.077.683.288,08
ATIVO PERMANENTE	196.065.281.909,17	191.605.617.437,72	PASSIVO PERMANENTE	8.188.680.190,17	7.105.782.550,72
			SALDO PATRIMONIAL	191.437.262.408,05	188.079.497.861,15

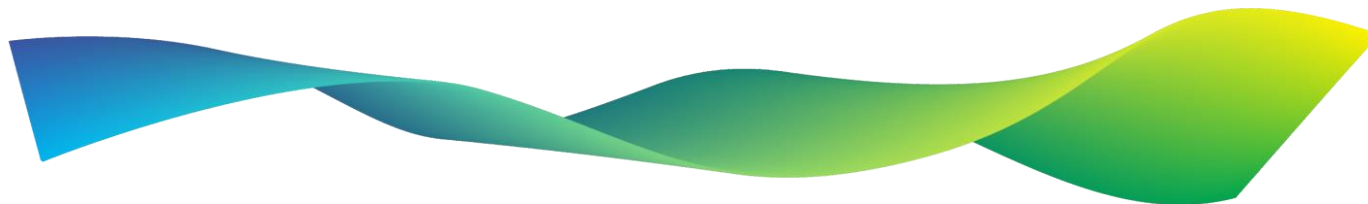
QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	5.064.032.855,02	5.577.040.246,72	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	30.694.181.344,99	30.807.919.048,26
Atos Potenciais Ativos	5.064.032.855,02	5.577.040.246,72	Atos Potenciais Passivos	30.694.181.344,99	30.807.919.048,26
Garantias e Contragarantias Recebidas	154.785.441,99	168.201.410,21	Garantias e Contragarantias Concedidas	3.848.700,00	
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	4.650.545.931,78	5.150.114.008,46	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	26.289.430.624,83	26.774.303.055,08
Direitos Contratuais	258.701.481,25	258.724.828,05	Obrigações Contratuais	4.400.902.020,16	4.033.615.993,18
TOTAL	5.064.032.855,02	5.577.040.246,72	TOTAL	30.694.181.344,99	30.807.919.048,26



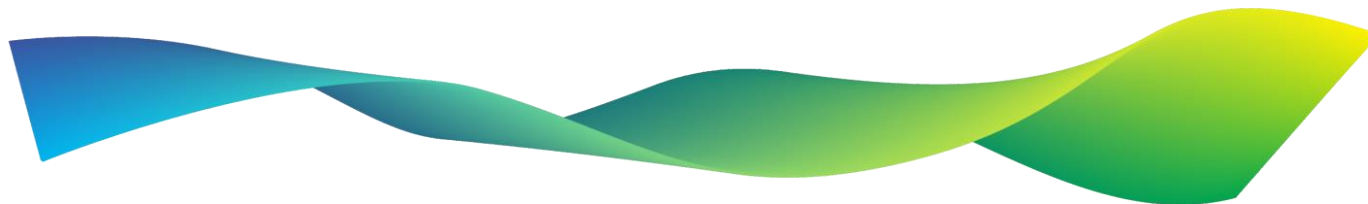
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-14.653.034.471,10
Recursos Vinculados	18.213.695.160,15
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-41.629.514,49
Previdência Social (RPPS)	-950.398,40
Previdência Social (RGPS)	600,30
Dívida Pública	-4.264.599.329,83
Alienação de Bens e Direitos	26.320.968,59
Transferências Constitucionais e Legais	-6.950.671.718,37
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.499.108.523,06
Outros Recursos Vinculados	22.945.037.085,74
Recursos a Classificar	1.078.943,55
TOTAL	3.560.660.689,05

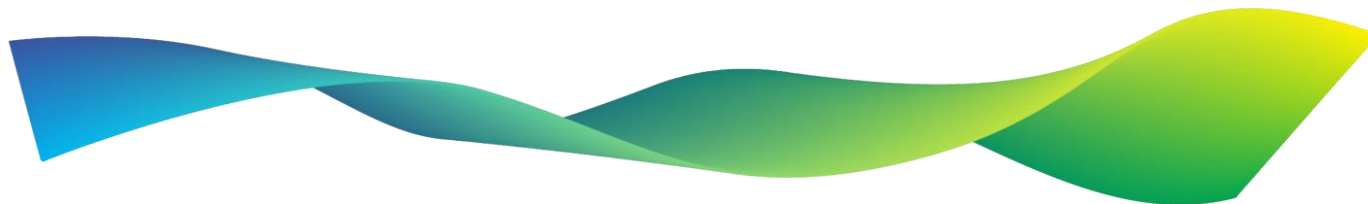


Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	N.E.	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		39.872.318.527,41	35.067.134.042,47
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		141.342.365,74	137.124.630,09
Venda de Mercadorias		27.290,40	14.165,50
Vendas de Produtos		38,00	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		141.315.037,34	137.110.464,59
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		6.679.440.615,60	5.030.558.672,62
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		6.314.564.811,06	4.693.925.952,72
Juros e Encargos de Mora		431.035,14	1.181.886,55
Variações Monetárias e Cambiais		9.270.619,57	90.563.277,26
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		355.100.606,79	244.211.449,93
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		73.543,04	676.106,16
Transferências e Delegações Recebidas		29.968.269.742,85	28.496.336.106,17
Transferências Intragovernamentais		29.831.014.270,89	28.422.610.943,62
Transferências Intergovernamentais		57.423,12	4.154.934,73
Transferências das Instituições Privadas		105.243,43	115.091,82
Outras Transferências e Delegações Recebidas		137.092.805,41	69.455.136,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		1.131.289.906,95	640.587.674,34
Reavaliação de Ativos		26.317.656,26	43.530.337,08
Ganhos com Alienação		275.498,97	142.397,50
Ganhos com Incorporação de Ativos		870.311.768,31	550.781.114,88
Ganhos com Desincorporação de Passivos		234.384.983,41	46.133.824,88
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.951.975.896,27	762.526.959,25
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		406.323,67	
Resultado Positivo de Participações		608,60	
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		1.624.293.576,04	314.322.808,18
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		327.275.387,96	448.204.151,07
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		33.144.144.813,33	25.219.449.585,89
Pessoal e Encargos		1.261.190.247,04	864.050.400,81
Remuneração a Pessoal		671.450.844,66	701.400.375,28
Encargos Patronais		554.377.703,05	132.458.795,93
Benefícios a Pessoal		12.734.172,88	11.514.443,16
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		22.627.526,45	18.676.786,44
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		320.018.952,43	311.218.253,85

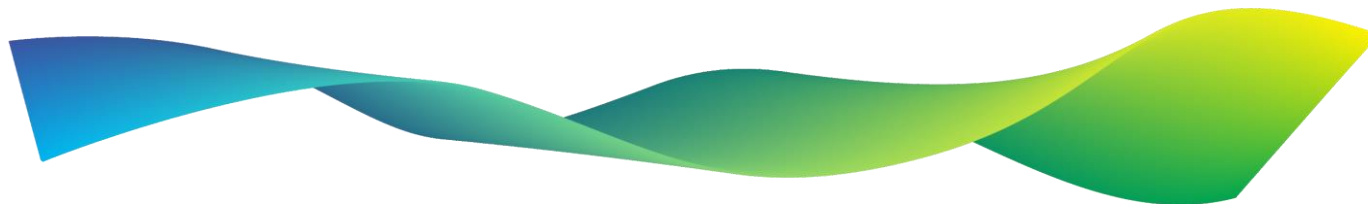


Aposentadorias e Reformas	140.537.803,74	145.704.884,48
Pensões	164.355.380,86	150.375.506,25
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	15.125.767,83	15.137.863,12
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	541.401.829,48	497.421.573,99
Uso de Material de Consumo	20.853.681,49	11.749.833,33
Serviços	407.875.027,24	338.081.384,98
Depreciação, Amortização e Exaustão	112.673.120,75	147.590.355,68
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.428.141.099,31	3.906.941.810,75
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	19.228.993,72	
Juros e Encargos de Mora	115.073,44	201.924,16
Variações Monetárias e Cambiais	82.048.384,31	152.214.725,01
Descontos Financeiros Concedidos	31.711,70	9.202,65
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.326.716.936,14	3.754.515.958,93
Transferências e Delegações Concedidas	20.473.357.334,36	16.459.643.920,86
Transferências Intragovernamentais	18.567.123.474,97	15.025.434.574,32
Transferências Intergovernamentais	1.649.815.416,04	1.299.812.743,63
Transferências ao Exterior		500.000,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	256.418.443,35	133.896.602,91
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	5.646.112.139,94	2.497.192.357,08
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	2.759.498.580,16	1.593.163.874,24
Perdas com Alienação	1.267.899,49	2.695.076,10
Perdas Involuntárias	33.875,43	108.570,49
Incorporação de Passivos	741.090.041,64	741.601.777,28
Desincorporação de Ativos	2.144.221.743,22	159.623.058,97
Tributárias	1.907.552,79	3.456.391,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	730.153,19	1.826.309,80
Contribuições	1.177.399,60	1.630.081,80
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	472.015.657,98	679.524.876,95
Incentivos	650.861,36	631.295,55
Subvenções Econômicas	69.888.493,00	446.430.136,23
Constituição de Provisões	255.897.266,45	120.938.357,06
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	145.579.037,17	111.525.088,11
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	6.728.173.714,08	9.847.684.456,58

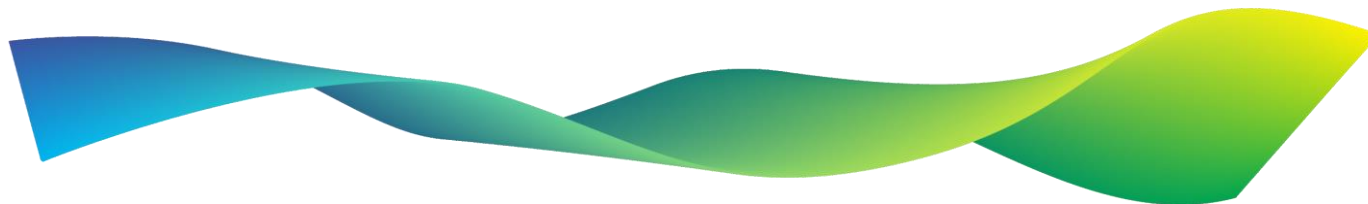


Balanço Orçamentário

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	N.E.	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	<u>‘11</u>	15.853.597.502,00	15.853.597.502,00	687.979.380,09	-15.165.618.121,91
Receitas Tributárias		14.641.520.873,00	14.641.520.873,00		-14.641.520.873,00
Impostos		14.641.520.873,00	14.641.520.873,00		-14.641.520.873,00
Receita Patrimonial		728.425.654,00	728.425.654,00	489.381.481,95	-239.044.172,05
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		12.439.816,00	12.439.816,00	5.428.095,73	-7.011.720,27
Valores Mobiliários		349.195.288,00	349.195.288,00	354.367.533,29	5.172.245,29
Exploração de Recursos Naturais		366.790.550,00	366.790.550,00	129.585.852,93	-237.204.697,07
Receita Agropecuária		31.733,00	31.733,00	27.290,40	-4.442,60
Receita Industrial				38,00	38,00
Receitas de Serviços		480.187.322,00	480.187.322,00	141.699.869,35	-338.487.452,65
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		5.126.612,00	5.126.612,00	4.639.757,49	-486.854,51
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		354.946.352,00	354.946.352,00	109.341.027,48	-245.605.324,52
Serviços e Atividades Financeiras		120.114.358,00	120.114.358,00	27.719.084,38	-92.395.273,62
Transferências Correntes		272.722,00	272.722,00	105.243,43	-167.478,57
Outras Receitas Correntes		3.159.198,00	3.159.198,00	56.765.456,96	53.606.258,96
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		1.004.175,00	1.004.175,00	516.976,87	-487.198,13
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		750.867,00	750.867,00	50.448.004,14	49.697.137,14
Demais Receitas Correntes		1.404.156,00	1.404.156,00	5.800.475,95	4.396.319,95
RECEITAS DE CAPITAL	<u>‘12</u>	3.690.326.015,00	3.690.326.015,00	449.923.163,57	-3.240.402.851,43
Operações de Crédito		2.613.787.582,00	2.613.787.582,00		-2.613.787.582,00
Operações de Crédito Internas		2.613.787.582,00	2.613.787.582,00		-2.613.787.582,00

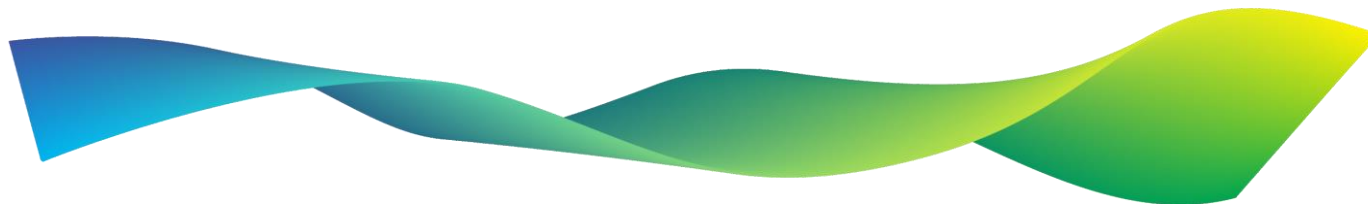


Alienação de Bens		6.795.243,00	6.795.243,00	6.200.267,95	-594.975,05
Alienação de Bens Móveis				1.780.783,75	1.780.783,75
Alienação de Bens Imóveis		6.795.243,00	6.795.243,00	4.419.484,20	-2.375.758,80
Amortização de Empréstimos		1.069.743.190,00	1.069.743.190,00	443.722.895,62	-626.020.294,38
SUBTOTAL DE RECEITAS		19.543.923.517,00	19.543.923.517,00	1.137.902.543,66	-18.406.020.973,34
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		19.543.923.517,00	19.543.923.517,00	1.137.902.543,66	-18.406.020.973,34
DEFICIT	<u>‘10</u>			16.735.562.273,22	16.735.562.273,22
TOTAL	<u>‘10</u>	19.543.923.517,00	19.543.923.517,00	17.873.464.816,88	-1.670.458.700,12
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO			663.323.944,00	663.323.944,00	



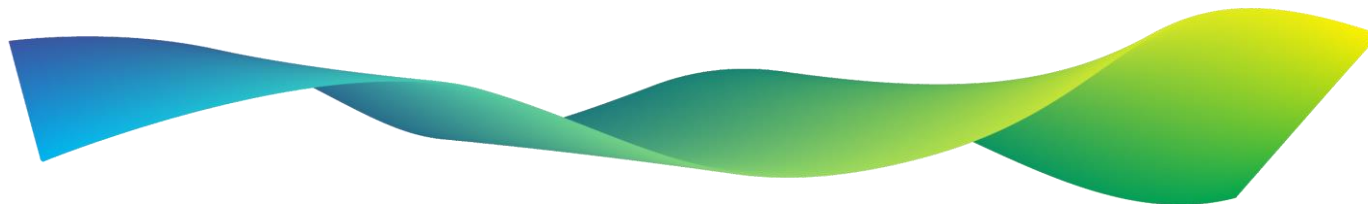
DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N.E.	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		4.875.935.549,00	5.379.285.763,00	2.206.825.142,13	1.709.229.743,09	1.498.059.176,63	3.172.460.620,87
Pessoal e Encargos Sociais		2.396.438.138,00	2.662.163.136,00	1.474.976.404,58	1.248.384.422,04	1.069.517.522,17	1.187.186.731,42
Juros e Encargos da Dívida		17.448.498,00	17.448.498,00	17.448.498,00	17.448.498,00	17.448.498,00	
Outras Despesas Correntes		2.462.048.913,00	2.699.674.129,00	714.400.239,55	443.396.823,05	411.093.156,46	1.985.273.889,45
DESPESAS DE CAPITAL		25.961.420.983,00	26.302.652.354,00	15.666.639.674,75	8.945.916.538,27	8.945.691.221,96	10.636.012.679,25
Investimentos		9.842.767.541,00	9.571.724.790,00	896.504.875,19	405.016.090,34	404.790.774,03	8.675.219.914,81
Inversões Financeiras		16.118.653.442,00	16.730.927.564,00	14.770.134.799,56	8.540.900.447,93	8.540.900.447,93	1.960.792.764,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		116.203.912,00	116.203.912,00				116.203.912,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS		30.953.560.444,00	31.798.142.029,00	17.873.464.816,88	10.655.146.281,36	10.443.750.398,59	13.924.677.212,12
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		30.953.560.444,00	31.798.142.029,00	17.873.464.816,88	10.655.146.281,36	10.443.750.398,59	13.924.677.212,12
TOTAL	<u>13</u>	30.953.560.444,00	31.798.142.029,00	17.873.464.816,88	10.655.146.281,36	10.443.750.398,59	13.924.677.212,12



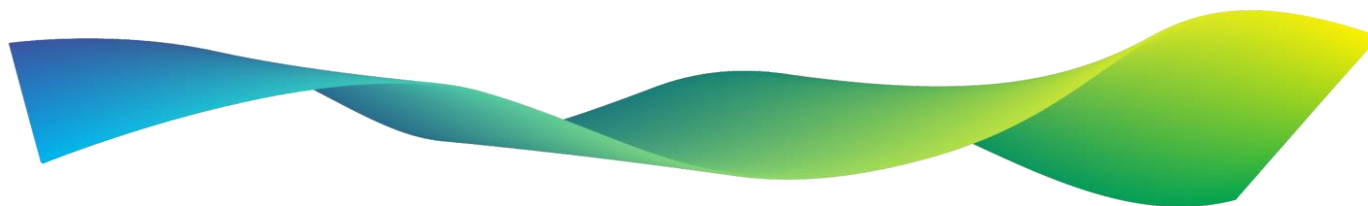
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS	121.937.538,76	474.113.674,75	275.300.405,03	265.759.926,22	14.482.603,56	315.808.683,73
CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	3.228.513,32	37.995.102,47	10.175.196,26	10.175.196,26	23.470,86	31.024.948,67
Outras Despesas Correntes	118.709.025,44	436.118.572,28	265.125.208,77	255.584.729,96	14.459.132,70	284.783.735,06
DESPESAS DE CAPITAL	7.791.737.133,51	11.257.619.632,97	2.777.500.772,17	2.560.052.605,01	549.000.298,78	15.940.303.862,69
Investimentos	6.760.634.027,04	8.366.618.703,92	1.906.996.909,24	1.689.548.742,08	136.361.842,78	13.301.342.146,10
Inversões Financeiras	1.031.103.106,47	2.891.000.929,05	870.503.862,93	870.503.862,93	412.638.456,00	2.638.961.716,59
TOTAL	7.913.674.672,27	11.731.733.307,72	3.052.801.177,20	2.825.812.531,23	563.482.902,34	16.256.112.546,42



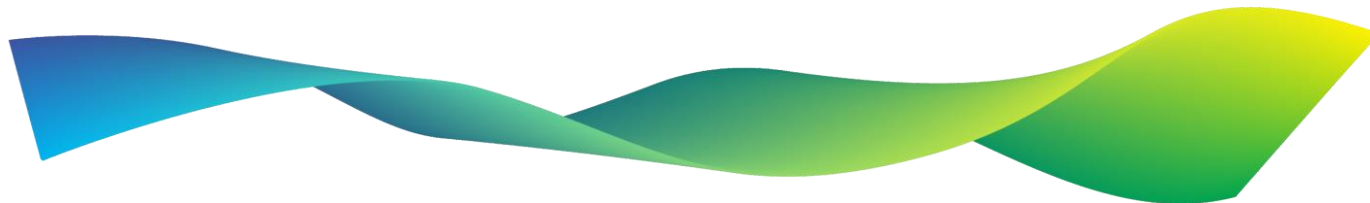
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	228.666.401,00	198.889.049,42	161.305.727,73	3.514.850,13	262.734.872,56
Pessoal e Encargos Sociais	12.755.307,30	141.746.068,25	138.056.966,96	2.497.536,52	13.946.872,07
Juros e Encargos da Dívida	778.101,46				778.101,46
Outras Despesas Correntes	215.132.992,24	57.142.981,17	23.248.760,77	1.017.313,61	248.009.899,03
DESPESAS DE CAPITAL	5.303.375.128,13	701.000.720,16	430.976.100,64	540.309.006,86	5.033.090.740,79
Investimentos	3.770.305.903,60	701.000.720,16	417.712.991,49	187.546.967,91	3.866.046.664,36
Inversões Financeiras	1.533.069.224,53		13.263.109,15	352.762.038,95	1.167.044.076,43
TOTAL	5.532.041.529,13	899.889.769,58	592.281.828,37	543.823.856,99	5.295.825.613,35

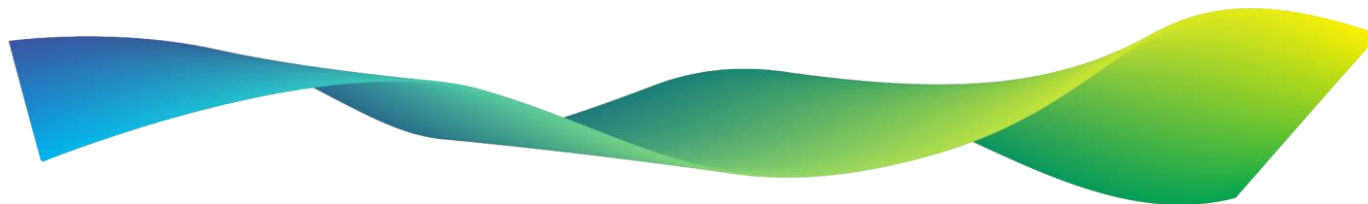


Balanço Financeiro

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	N.E.	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	N.E.	2021	2020
Receitas Orçamentárias		1.137.902.543,66	1.462.059.403,51	Despesas Orçamentárias		17.873.464.816,88	21.740.078.465,63
Ordinárias				Ordinárias		2.211.431.674,13	5.789.551.232,60
Vinculadas		1.394.336.951,29	1.464.289.952,75	Vinculadas		15.662.033.142,75	15.950.527.233,03
				Seguridade Social (Exceto Previdência)		403.098.856,73	82.646.106,77
Alienação de Bens e Direitos		6.426.453,86	3.048.284,41	Previdência Social (RPPS)		70.904.205,21	250.256.609,26
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.387.479.542,91	1.459.471.345,58	Dívida Pública		481.981.961,09	967.207.979,61
Recursos a Classificar		430.954,52	1.770.322,76	Alienação de Bens e Direitos		1.135.726,36	313.356,83
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-256.434.407,63	-2.230.549,24	Transferências Constitucionais e Legais		14.231.837.595,00	14.098.271.396,00
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		473.074.798,36	551.831.784,56
Transferências Financeiras Recebidas		29.831.013.694,59	28.420.733.768,05	Transferências Financeiras Concedidas		18.399.453.372,94	14.875.632.611,65
Resultantes da Execução Orçamentária		22.016.593.936,27	21.991.494.706,98	Resultantes da Execução Orçamentária		11.678.051.551,69	11.024.152.173,21
Cota Recebida		10.634.029.659,77	11.346.148.016,03	Repassé Concedido		9.622.349.320,48	7.903.931.350,91
Repassé Recebido		9.500.159.775,47	7.645.482.001,44	Sub-repassé Concedido		1.722.696.298,80	2.953.166.977,12
Sub-repassé Recebido		1.722.696.298,80	2.953.166.977,12	Cota Devolvida		173.297.730,18	120.356.132,79
Repassé Devolvido		785.249,37	5.880.910,20	Repassé Devolvido		785.249,37	5.880.910,20
Sub-repassé Devolvido		158.922.952,86	40.816.802,19	Sub-repassé Devolvido		158.922.952,86	40.816.802,19
Independentes da Execução Orçamentária		7.814.419.758,32	6.429.239.061,07	Independentes da Execução Orçamentária		6.721.401.821,25	3.851.480.438,44
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		7.348.699.749,18	6.231.644.594,17	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		4.206.791.168,17	3.465.981.053,18
Demais Transferências Recebidas		17.570.383,44	10.237.028,11	Demais Transferências Concedidas		1.774.451.289,57	9.235.355,77
Movimentação de Saldos		448.149.625,70	187.237.411,39	Movimento de Saldos		740.159.363,51	376.144.002,09

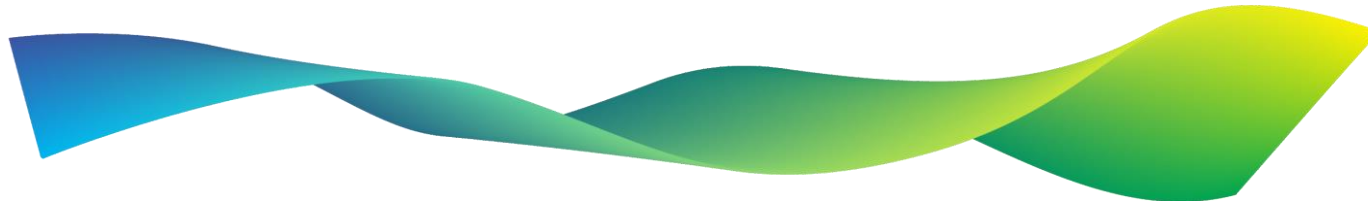


Patrimoniais			120.027,40	Patrimoniais			120.027,40
Movimentações para Incorporação de Saldos				Movimentações para Incorporação de Saldos			
Recebimentos Extraorçamentários	16.023.662.972,94	16.109.564.406,79		Pagamentos Extraorçamentários	7.656.806.273,24	10.002.510.883,78	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	211.395.882,77	217.085.664,83		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	592.281.828,37	1.323.366.395,07	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	7.218.318.535,52	11.923.011.478,08		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.825.812.531,23	1.680.763.051,89	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.416.456.436,27	3.872.217.859,49		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.231.888.467,05	3.796.556.375,32	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.177.492.118,38	97.249.404,39		Outros Pagamentos Extraorçamentários	6.823.446,59	3.201.825.061,50	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	194.932,60	127.715,97		Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	6.666.310,87		
Restituições a Pagar		977.691,09		Valores Compensados		33.640,59	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	5.713,00	5.287,77		Valores em Trânsito	157.135,72		
Arrecadação de Outra Unidade	115.343.057,18	68.822.186,59		Demais Pagamentos		3.201.791.420,91	
Valores em Trânsito		27.316.522,97					
Demais Recebimentos	4.061.948.415,60						
Saldo do Exercício Anterior	29.450.651.845,81	38.418.290.425,43		Saldo para o Exercício Seguinte	32.513.506.593,94	37.792.426.042,72	
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.450.651.845,81	38.418.290.425,43		Caixa e Equivalentes de Caixa	32.513.506.593,94	37.792.426.042,72	
TOTAL	76.443.231.057,00	84.410.648.003,78		TOTAL	76.443.231.057,00	84.410.648.003,78	

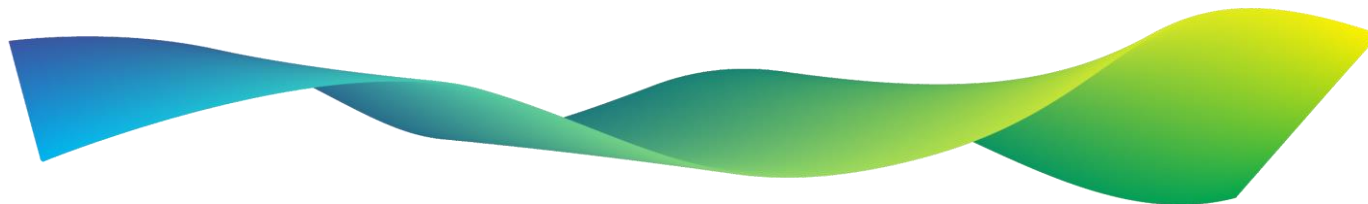


Demonstração dos Fluxos de Caixa

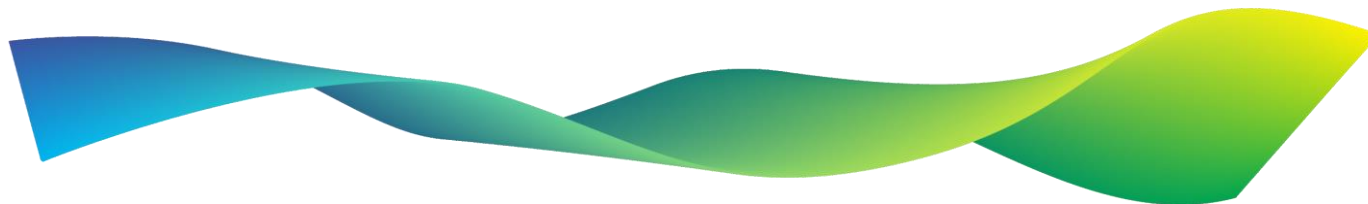
	N.E.	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		12.785.564.837,08	6.799.045.072,41
INGRESSOS		39.112.746.696,73	32.962.083.632,50
Receita Patrimonial		135.014.557,26	111.908.997,93
Receita Agropecuária		27.290,40	14.165,50
Receita Industrial		38,00	
Receita de Serviços		141.699.869,35	184.218.700,17
Remuneração das Disponibilidades		354.366.924,69	255.145.432,54
Outras Receitas Derivadas e Originárias		56.765.456,96	20.607.928,58
Transferências Recebidas		105.243,43	115.091,82
Outras Transferências Recebidas		105.243,43	115.091,82
Outros Ingressos Operacionais		38.424.767.316,64	32.390.073.315,96
Ingressos Extraorçamentários		4.416.456.436,27	3.872.217.859,49
Restituições a Pagar			977.691,09
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		5.713,00	5.287,77
Transferências Financeiras Recebidas		29.831.013.694,59	28.420.733.768,05
Arrecadação de Outra Unidade		115.343.057,18	68.822.186,59
Valores em Trânsito			27.316.522,97
Demais Recebimentos		4.061.948.415,60	
DESEMBOLSOS		-26.327.181.859,65	-26.163.038.560,09
Pessoal e Demais Despesas		-1.672.458.943,65	-1.956.483.286,53
Essencial à Justiça		-254.602,38	
Administração		-536.002.568,35	-424.700.294,53
Defesa Nacional		-303.195,46	-267.449,09
Segurança Pública		-6.259.962,02	-9.126.475,52
Assistência Social		-59.516,09	
Previdência Social		-270.468.779,37	-272.322.584,58



Trabalho	-55.981,83	-30.396,44
Urbanismo	-486.424.892,74	-505.945.181,37
Habitação	-187.950,00	-2.910,00
Gestão Ambiental	-117.042.809,95	-82.862.102,45
Ciência e Tecnologia	-2.133.178,52	-1.889.356,79
Agricultura	-52.778.695,36	-37.195.391,35
Transporte	-542.892,04	-827.150,07
Encargos Especiais	-200.138.852,14	-621.441.710,31
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	194.932,60	127.715,97
Juros e Encargos da Dívida	-17.448.498,00	-7.012.117,76
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-17.136.390,31	-6.724.570,42
Outros Encargos da Dívida	-312.107,69	-287.547,34
Transferências Concedidas	-1.999.109.131,42	-2.325.529.107,33
Intergovernamentais	-1.847.450.404,82	-2.221.181.534,24
A Estados e/ou Distrito Federal	-416.189.256,89	-587.775.454,42
A Municípios	-1.431.261.147,93	-1.633.406.079,82
Intragovernamentais	-86.502.658,97	-79.409.961,87
Outras Transferências Concedidas	-65.156.067,63	-24.937.611,22
Outros Desembolsos Operacionais	-22.638.165.286,58	-21.874.014.048,47
Dispêndios Extraorçamentários	-4.231.888.467,05	-3.796.556.375,32
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-6.666.310,87	
Transferências Financeiras Concedidas	-18.399.453.372,94	-14.875.632.611,65
Valores Compensados		-33.640,59
Valores em Trânsito	-157.135,72	
Demais Pagamentos		-3.201.791.420,91
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-9.722.710.088,95	-7.424.909.455,12
INGRESSOS	449.923.163,57	890.049.086,97
Alienação de Bens	6.200.267,95	3.027.243,76
Amortização de Empréstimos e	443.722.895,62	887.021.843,21



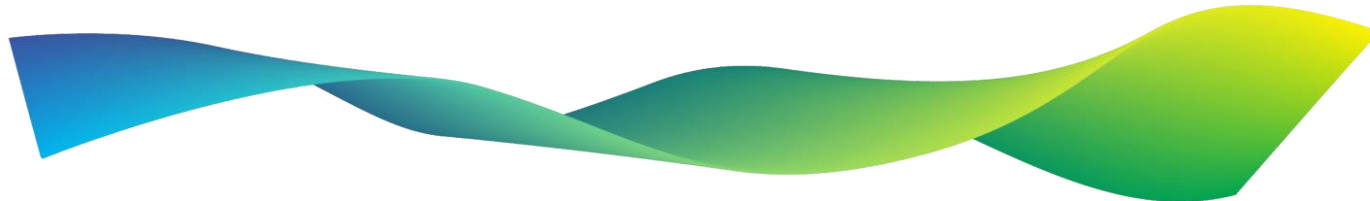
Financiamentos Concedidos			
DESEMBOLSOS		-10.172.633.252,52	-8.314.958.542,09
Aquisição de Ativo Não Circulante		-606.950.345,17	-706.581.858,25
Concessão de Empréstimos e		-9.024.667.420,01	-6.889.635.463,13
Financiamentos			
Outros Desembolsos de Investimentos		-541.015.487,34	-718.741.220,71
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.062.854.748,13	-625.864.382,71
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		29.450.651.845,81	38.418.290.425,43
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		32.513.506.593,94	37.792.426.042,72



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	N.E.	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020		11.664.392.626,51	581.383.549,73	2.266.923,14		2.695.992,14	178.229.570.499,85	35.905.204,38		190.516.214.795,75
Ajustes de Exercícios Anteriores			336.144.009,96				154.857.444,37			491.001.454,33
Aumento/Redução de Capital		515.689.315,56	-515.625.304,59							64.010,97
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos						-496.742,88	55.094.154,80			54.597.411,92
Ajuste de Avaliação Patrimonial								-2.199.063,46		-2.199.063,46
Resultado do Exercício							16.650.106.057,39			16.650.106.057,39
Constituição/Reversão de Reservas				-2.266.923,14			17.388.097,38			15.121.174,24
Saldo Final do Exercício 2020		12.180.081.942,07	401.902.255,10			2.199.249,26	195.107.016.253,79	33.706.140,92		207.724.905.841,14

Especificação	N.E.	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021		12.180.081.942,07	401.902.255,10			2.199.249,26	195.107.016.253,79	33.706.140,92		207.724.905.841,14
Ajustes de Exercícios Anteriores			36.569.965,21				148.395.642,51			184.965.607,72
Aumento/Redução de Capital			131.159.763,05							131.159.763,05
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos						-248.371,44	-84.270.758,95			-84.519.130,39
Resultado do Exercício							6.728.173.714,08			6.728.173.714,08
Saldo Final do Exercício 2021		12.180.081.942,07	569.631.983,36			1.950.877,82	201.899.314.851,43	33.706.140,92		214.684.685.795,60



2.1) Resumo das Principais Práticas Contábeis – Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCON do Ministério do Desenvolvimento Regional foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangeram, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 8ª edição).

Os valores constantes das Demonstrações Contábeis foram levantados a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo as informações consolidadas em nível de Órgão Superior, ou seja, englobaram as contas do Ministério, no que se refere à execução de suas unidades gestoras, as contas dos Órgãos e entidades vinculadas e também dos Fundos Regionais e Fundos Constitucionais, a saber: CODEVASF; DNOCS; ANA; SUDECO (FDCO); SUDENE (FDNE); SUDAM (FDA); TRENSURB; CBTU; FNHIS; FNO; FCO e FNE.

Na consolidação das demonstrações contábeis do MDR não foram utilizados os critérios de exclusão e compensações, considerando que no SIAFI este mecanismo está disponibilizado apenas em nível do Balanço Geral da União. Entretanto estas demonstrações contábeis consolidadas representam o agregado dos saldos de todas as unidades gestoras, órgãos e entidades, em nível de Órgão Superior.

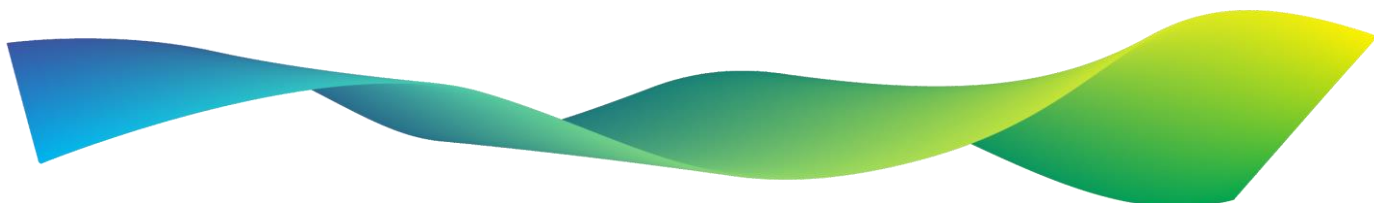
As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

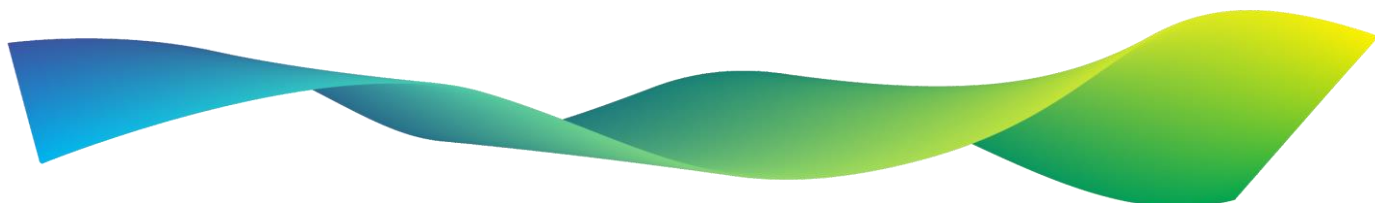
O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas na conta única da União, prática adotada por este Órgão.

2.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis aplicadas ao Setor Público

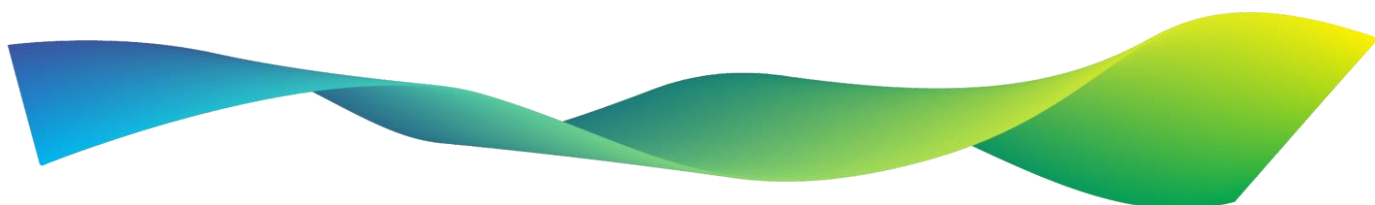
A seguir, serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, seguidos por este Ministério, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP.



- **Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras** - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.
- **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data apresentada nas demonstrações contábeis.
- **Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo** - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo, e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data apresentada nas demonstrações contábeis. Quando mensuráveis são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- **Depósitos Restituíveis** - são os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.
- **Créditos a curto prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
- **Estoques** – Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.
- **Ativo realizável a longo prazo** - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; empréstimos e financiamentos concedidos; investimentos temporários; e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.



- **Ajuste para Perdas da Dívida Ativa** – a metodologia adotada para mensuração do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa, foi pelo histórico de recebimentos, e houve algum tipo de classificação dos créditos pelas suas características de recuperabilidade.
- **Investimentos** – São compostos por: participações permanentes; propriedades para investimento; e demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: valor justo e custo depreciado. Os demais investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data apresentada nas demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (*impairment*), fruto de avaliações periódicas.
- **Imobilizado** – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- **Intangível** – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).
- **Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis** - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.



- **Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet** - O valor depreciado dos bens

imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

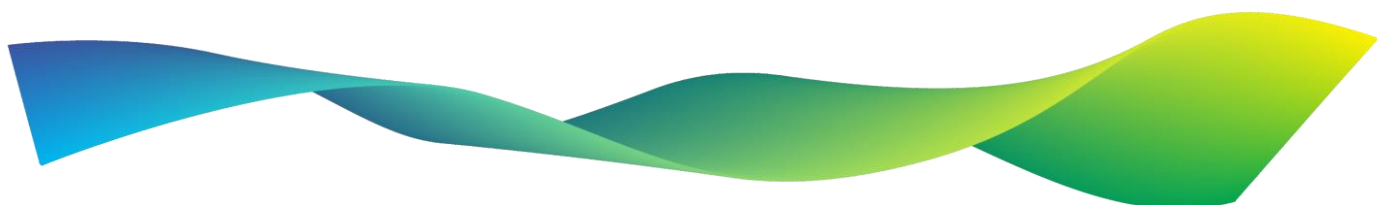
- **Reavaliação, redução ao valor recuperável** – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade.

- **Passivos circulantes e não circulantes** - As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes; provisões; e demais obrigações.

- **Empréstimos e financiamentos** - Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

- **Provisões** – As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e, é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data apresentada nas demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015.

- **Benefícios a empregados** - Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e



assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.

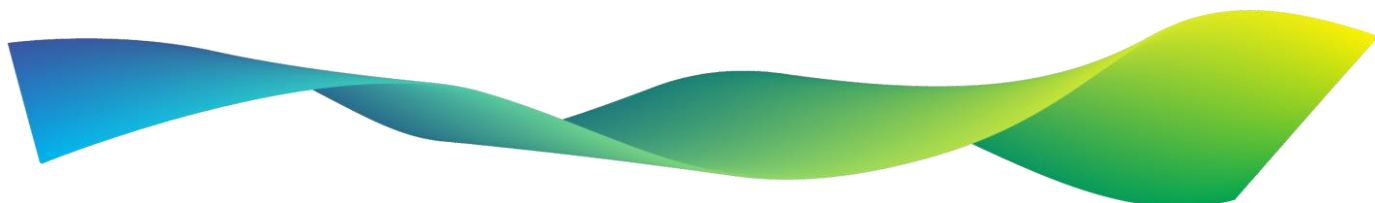
- **Ativos e Passivos Contingentes** – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.
- **Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - I. **Resultado Patrimonial** - na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.
 - II. **No Balanço Orçamentário** é apurado o Resultado Orçamentário, o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.
 - III. **No Balanço Financeiro** ou na **Demonstração do Fluxo de Caixa** é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

3) Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais

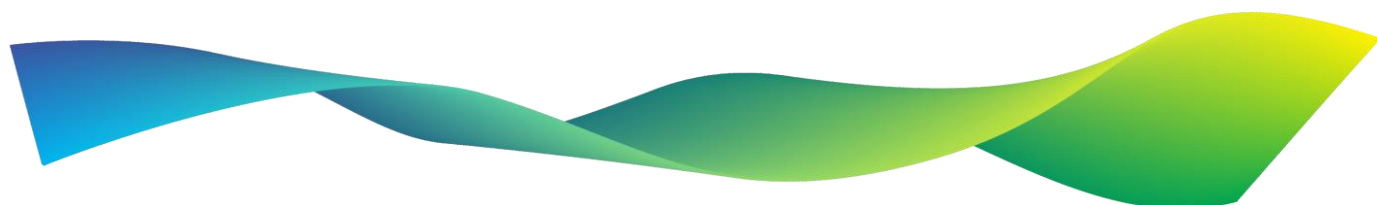
A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

No contexto da União ficaram definidos os prazos apresentados no quadro abaixo, seguido por este Ministério e demais Órgãos da União. Demonstrado a situação que se encontra cada procedimento: implantado, em andamento, não iniciado.

Procedimento Contábil Patrimonial	Prazo União	Situação
PCP 1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2017	Implantado



PCP 2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários , bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	2018	Implantado
PCP 3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Imediato	Implantado
PCP 4 -Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas	Imediato	Implantado
PCP 5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência	2018	Implantado
PCP 6 - Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	2018	Implantado
PCP 7 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis ; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	Imediato	Implantado
PCP 8 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura ; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	2019	Implantado
PCP 9 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural ; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	2021	Não iniciado
PCP 10 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias .	Imediato	Implantado
PCP 11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex: 13º salário, férias, etc).	Imediato	Implantado
PCP 12 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Implantado



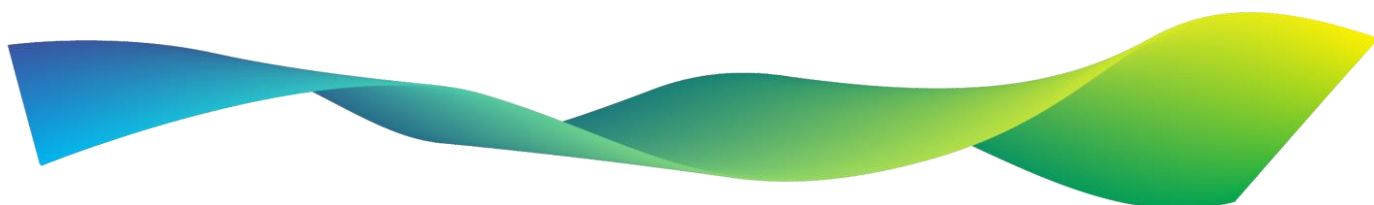
PCP 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	Imediato	Implantado
PCP 14 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A definir	Implantado
PCP 15 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	2019	Implantado
PCP 16 - Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A definir	Em andamento
PCP 17 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes , e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. União	Imediato	Implantado
PCP 18 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	2019	Implantado
PCP 19 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP (a partir de 01/01/2021).	A definir	

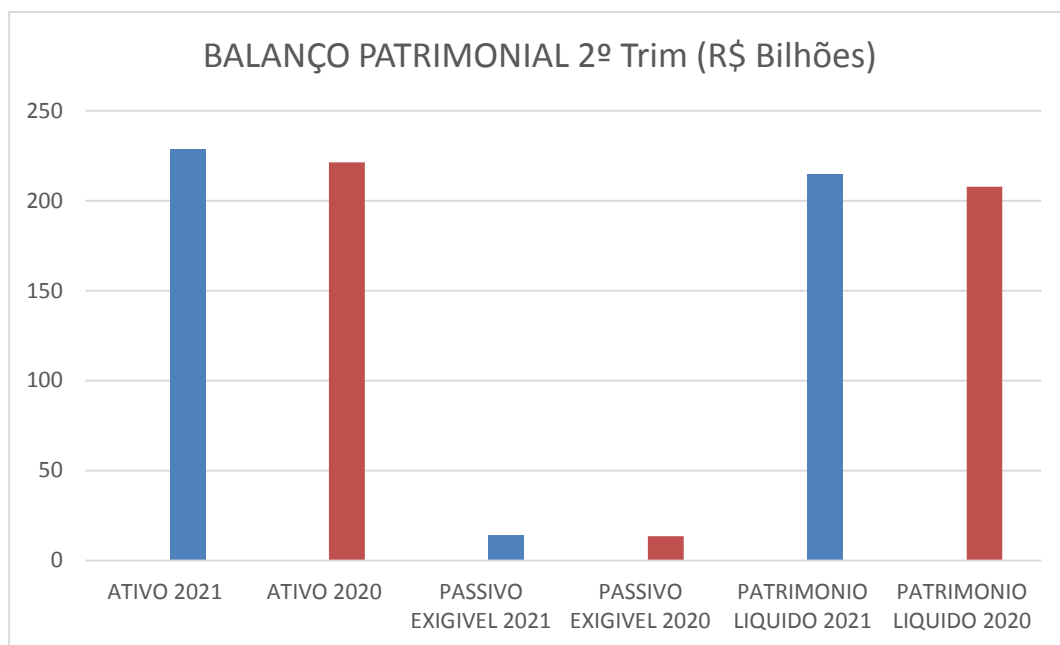
4) Notas Explicativas aos Itens das Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia o patrimônio público, de modo a apresentar qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial (ativo, passivo e patrimônio líquido), mostrando a sua evolução em relação ao exercício anterior. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro.

O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação patrimonial da entidade.





Fonte: SIAFI

Conforme demonstrado no gráfico acima, o Ministério do Desenvolvimento Regional encerrou o segundo trimestre de 2021 com um patrimônio líquido positivo da ordem de R\$ 214 bilhões, um acréscimo de 3,35% em relação ao valor do quarto trimestre de 2020 que foi de R\$ 207 bilhões.

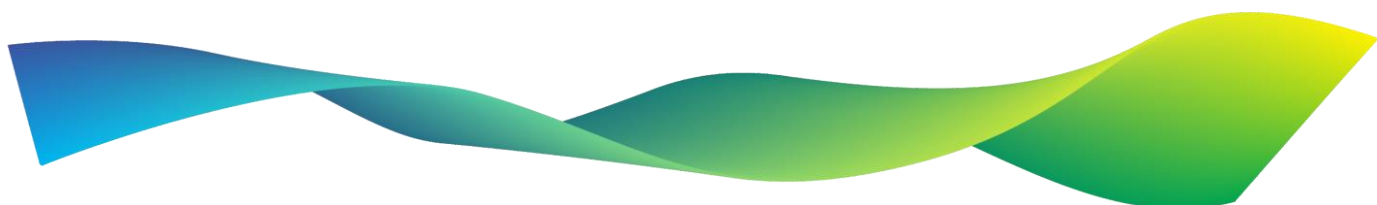
O principal motivo desta variação positiva foi o crescimento em resultados acumulados, nos Fundos Constitucionais de Financiamento, proveniente de retornos e resultados de suas aplicações, bem como o resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial.

O Ministério do Desenvolvimento Regional apresentou no quarto trimestre de 2020 um passivo exigível de R\$ 13,54 bilhões e, no segundo trimestre de 2021, R\$ 14,10 bilhões, demonstrando um pequeno acréscimo de 4,15%.

Identificamos que o referido acréscimo no passivo se deu, principalmente, por causa de registros de valores dos encargos sociais a recolher, representados pela contribuição patronal devida à Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, realizados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, na ordem de 3 bilhões.

O Ativo do Ministério encerrou o quarto trimestre de 2020 com 221,26 bilhões e o segundo trimestre de 2021 com 228 bilhões. Apresentando uma variação de 3,39%. A maioria

desses recursos, cerca de 61%, é proveniente dos financiamentos concedidos em operações dos Fundos Constitucionais de Financiamento e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.



Nota 01 - Caixa e Equivalente de Caixa

Tabela 01

	R\$			
Caixas e Equivalentes	30/06/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Caixa	98.902,23	92.574,50	6,84	6.327,73
Recursos da Conta Única Aplicados	8.720.000.133,03	9.417.276.141,24	-7,40	-697.276.008,21
Banco Conta Movimento - Recursos Fundos Constitucionais	23.147.796.253,98	18.948.674.021,77	22,16	4.199.122.232,21
Bancos Contas Movimento - Demais Contas	348.113,82	296.469,65	17,42	51.644,17
Rede Bancária - Arrecadação Indireta	3.985.621,11	9.222.906,60	-56,79	-5.237.285,49
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	116.010.102,70	109.124.142,01	6,31	6.885.960,69
Caixa e Equivalentes - Limite de Saque	525.267.467,07	965.965.590,04	-45,62	-440.698.122,97
Total	32.513.506.593,94	29.450.651.845,81	10,40	3.062.854.748,13

Fonte: SIAFI

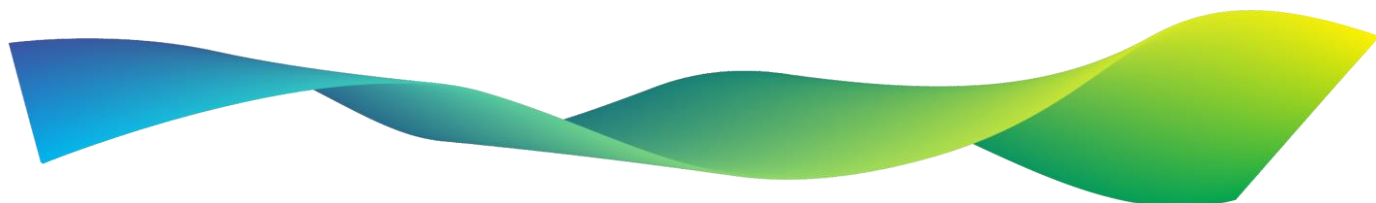
Ocorreu geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 3.062.854.748,13 no segundo trimestre do exercício de 2021, alta de 10,40% comparando os exercícios.

Esse subgrupo é composto pelo somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação e para os quais não haja restrições para uso imediato.

A quase totalidade das disponibilidades estão em Recursos da Conta Única Aplicados e em recursos financeiros dos Fundos Constitucionais.

As aplicações financeiras são provenientes de autorizações concedidas pelo Tesouro Nacional aos Fundos Regionais de Desenvolvimento, vinculados às Superintendências de Desenvolvimento Regionais, que compõem a administração indireta do Ministério. São aplicações de recursos arrecadados diretamente por esses Fundos, cujos resgates são utilizados em suas áreas de atuação, como infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de novos negócios e novas atividades produtivas.

Os ingressos de recursos, bem como as remunerações pagas sobre as disponibilidades, e as amortizações de financiamentos concedidos pelos Fundos Constitucionais de Financiamentos, foram os maiores responsáveis pela variação absoluta, com a preponderância na participação das disponibilidades financeiras, e são destinados ao desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mediante execução de programas de financiamento aos setores produtivos.



Nota 02 – Créditos a Curto Prazo

Tabela 02

R\$				
Créditos a Curto Prazo	30/06/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Cientes	95.503.192,26	85.664.035,11	11,49	9.839.157,15
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	26.372.327.479,77	28.082.653.631,73	-6,09	-1.710.326.151,96
Dívida Ativa Não Tributária	17.105.263,65	17.105.263,65	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores	7.516.161.603,42	8.702.798.743,24	-13,64	-1.186.637.139,82
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-1.218.806.316,97	-1.100.121.995,99	10,79	-118.684.320,98
Total	32.782.291.222,13	35.788.099.677,74	-8,40	-3.005.808.455,61

Fonte: SIAFI

Os créditos a curto prazo no segundo trimestre de 2020 equivalem a R\$ 32.782.291.222,13, correspondem a 50,14 % do total do Ativo Circulante. Observa-se uma redução de 8,4% no grupo de contas Créditos a Curto Prazo quando comparado a dezembro de 2020.

Sobre o assunto, o saldo dos Empréstimos e Financiamentos Concedidos são referentes às atividades de Desenvolvimento Regional da Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste, bem como os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e apresentaram no segundo trimestre de 2021 um pequeno decréscimo de 6,09% em relação ao período de 2020.

Outra conta que contribuiu para a redução dos Créditos a Curto Prazo foram os registros em 2020 referentes a Demais Créditos e Valores, os quais compreendem Adiantamentos de Termos de Execução Descentralizadas direcionadas a política de Defesa Civil, onde não houve o mesmo impacto no segundo trimestre de 2021.

Nota 03 – Créditos a Longo Prazo

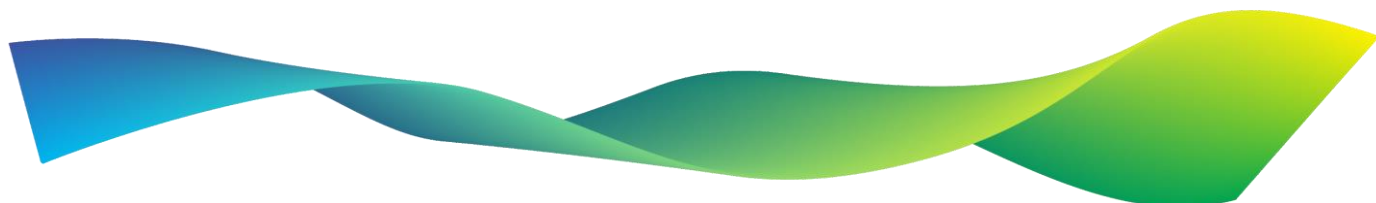
Tabela 03

Créditos a Longo Prazo	30/06/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Cientes	1.643.766,14	1.659.131,13	-0,93	-15.364,99
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	141.835.972.842,11	134.805.552.166,88	5,22	7.030.420.675,23
Dívida Ativa Não Tributária	39.326.281,73	39.134.318,42	0,49	191.963,31
Demais Créditos e Valores	1.213.767.343,78	1.185.283.376,26	2,40	28.483.967,52
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-1.754.429.800,32	-1.725.581.394,61	1,67	-28.848.405,71
Total	141.336.280.433,44	134.306.047.598,08	8,85	7.030.232.835,36

Fonte: SIAFI

Os créditos a longo prazo no segundo trimestre de 2021 equivalem a R\$ 141.336.280.433,44, correspondem a 86,49% do total do Ativo Não Circulante.

Dessa forma, o grupo de contas Créditos a Longo Prazo apresentou uma variação a maior de 8,85% no segundo trimestre.



O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO foram os responsáveis pelo maior acréscimo decorrente de contratos de empréstimos e financiamentos concedidos, incluindo os encargos contratuais de juros e correção monetária incidentes sobre as operações de créditos.

Nota 04 - Bens Imóveis

Bens Imóveis participam com 90,43% do ativo imobilizado, representando uma variação positiva de 1,97% em relação ao exercício anterior.

O principal motivo dessa variação positiva foi o crescimento dos investimentos relativos ao Projeto de Integração do Rio São Francisco, maior obra de infraestrutura hídrica do País, dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos, envolvendo a obra, serviços, instalações e demais custos.

Nota 05 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto Prazo

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar correspondem a 2,09% do total do Passivo Exigível, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 04

	R\$			
Obrig. Trabalhistas Previd. e Assistenciais de CP	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	Var. Absoluta
Pessoal a Pagar	266.289.256,37	227.710.906,89	16,94	38.578.349,48
Benefícios Previdenciários a Pagar	3.933.439,12	3.866.941,45	1,72	66.497,67
Benefícios Assistenciais a Pagar	95.683,33	163.873,22	-41,61	- 68.189,89
Encargos Sociais a Pagar	23.886.656,03	11.376.729,18	109,96	12.509.926,85
Total	294.205.034,85	243.118.450,74	21,01	51.086.584,11

Fonte: SIAFI

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais tiveram aumento no trimestre de 21,01%, comparado com o período anterior.

Os valores de Pessoal a Pagar contribuíram com o referido aumento, e estão distribuídos da seguinte forma:

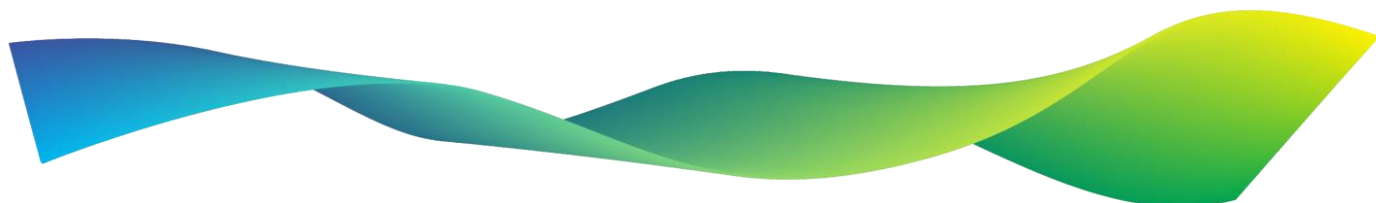


Tabela 05

	R\$			
Pessoal a Pagar	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	Var. Absoluta
Salários, Remunerações e Benefícios	149.270.365,41	114.284.727,63	30,61	34.985.637,78
Decimo Terceiro Salário a Pagar	31.808.103,82	-	100,00	31.808.103,82
Férias a Pagar	85.116.834,25	84.055.137,90	1,26	1.061.696,35
Precatórios de Pessoal	-	29.277.088,47	-100,00	- 29.277.088,47
Obrigações Trabalhistas a Pagar	93.952,89	93.952,89	0,00	-
Total	266.289.256,37	227.710.906,89	16,94	38.578.349,48

Fonte: SIAFI

Os Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar tiveram aumento no trimestre de 30,61%, comparado com o período anterior. Os saldos referem-se às provisões salariais da Folha de Pagamento de 2021.

A conta Décimo Terceiro Salário a Pagar conta apenas com as provisões do décimo terceiro salário do ano 2021, tendo em vista que no ano anterior esta conta encerra seus saldos no mês de dezembro.

A conta Férias a Pagar aumentou apenas 1,26% em relação ao ano anterior.

Precatórios de Pessoal tiveram no ano 2020 reconhecimento de obrigações a pagar de precatórios oriundos de registros pelo Tribunal Regional Federal da 1ª e 5ª Região, nos órgãos DNOCS e SUDENE. Em maio e junho do ano 2021 esses registros foram transferidos das Unidades Gestoras devedoras para o Órgão da justiça federal.

A conta Obrigações Trabalhistas a Pagar não teve nenhuma variação no trimestre em relação ao período anterior.

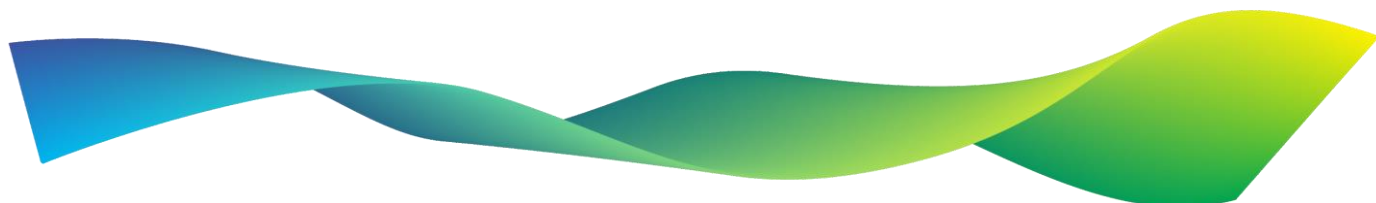
Nota 06 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais

No segundo trimestre de 2021 ocorreu um aumento de 35,89% na conta de Fornecedores em comparação com o período anterior. A referida conta representou 2,17% do total do Passivo Exigível.

Tabela 06

	R\$			
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	Var. Absoluta
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	306.110.880,93	225.260.274,83	35,89	80.850.606,10
Total	306.110.880,93	225.260.274,83	35,89	80.850.606,10

Fonte: SIAFI



	R\$
Saldo Inicial	225.260.274,83
Entradas	1.649.458.212,17
Saídas	1.568.607.606,07
Saldo Final	306.110.880,93

Tabela 07

				R\$
Fornecedores e contas a Pagar a CP	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	Var. Absoluta
Fornecedores Nacionais	17.661.506,81	17.339.676,31	1,86	321.830,50
Contas a Pagar Credores Nacionais	287.482.660,08	207.773.605,82	38,36	79.709.054,26
Fornecedores Nacionais INTRA OFSS	849.239,90	53.572,68	1485,21	795.667,22
Contas a Pagar Cred. Nacionais INTRA	93.279,43	91.821,31	1,59	1.458,12
Contas a Pagar Cred. Nacionais INTER	24.194,71	1.598,71	1413,39	22.596,00
Total	306.110.880,93	225.260.274,83	35,89	80.850.606,10

Fonte: SIAFI

Como pode ser observado, a maior variação ocorreu em Contas a Pagar Credores Nacionais, que teve acréscimo de 38,36% em relação ao período anterior, com variação absoluta de R\$79.709.054,26 (tabela 04).

Tabela 08

					R\$
Contas a Pagar Credores Nacionais	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	Var. Absoluta	
CODEVASF	81.439.431,47	32.689.941,43	149,13	48.749.490,04	
DNOCS	34.811.294,54	14.069.526,02	147,42	20.741.768,52	
TRENSURB	34.469.805,16	31.740.999,65	8,60	2.728.805,51	
CIA Brasileira Trens Urbanos-CBTU	15.188.759,31	4.894.001,48	210,35	10.294.757,83	
Ministerio do Desenv. Regional	121.038.105,55	123.842.516,76	-2,26	- 2.804.411,21	
Superint. Do Desenv. Da Amazônia	21.085,34	10.126,10	108,23	10.959,24	
Superint. Do Desenv. Centro-Oeste	514.178,71	526.494,38	-2,34	- 12.315,67	
Total	287.482.660,08	207.773.605,82	38,36	79.709.054,26	

Fonte: SIAFI

Dentre os maiores valores de Contas a Pagar Credores Nacionais, destaca-se o órgão CODEVASF, seguido pelo DNOCS e CBTU, que juntos totalizaram o montante de R\$79.786.016,39, entre o período atual e o anterior.

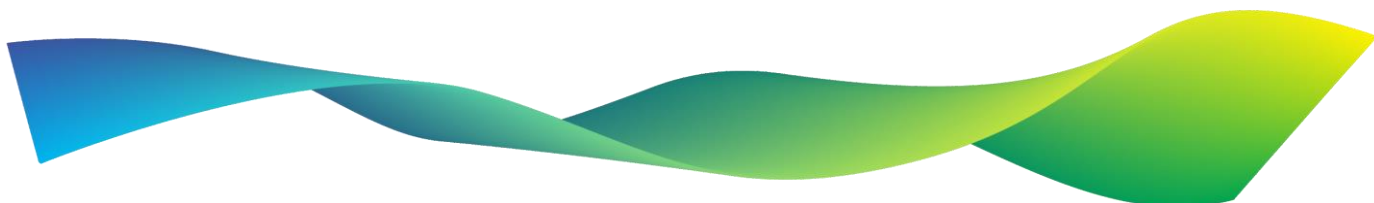


Tabela 09

	R\$			
Codevasf	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	Var. Absoluta
XCMG Brasil Industria Ltda	22.248.132,40	-	100,00	22.248.132,40
Porto Cruz Com. Import. E Exportação	329.032,00	-	100,00	329.032,00
Senha Engenharia e Urbanismo	878.616,13	-	100,00	878.616,13
Versatus Soluções e Suporte em Redes	497.877,92	-	100,00	497.877,92
Tecar Diesel Caminhões e Onibus	4.738.410,00	-	100,00	4.738.410,00
M.A.S Máquinas Agrícolas	1.817.906,40	-	100,00	1.817.906,40
Covezi Caminhões e Onibus	1.575.802,50	-	100,00	1.575.802,50
HPE Automotores do Brasil	554.637,64	-	100,00	554.637,64
Brasoftware Informática Ltda	783.837,02	-	100,00	783.837,02
CNH Industrial Brasil	4.106.823,00	-	100,00	4.106.823,00
Casa do Pica Pau Maquinas Agric.	324.629,17	-	100,00	324.629,17
L.F. Silva - Maquinas	486.540,00	-	100,00	486.540,00
FACIL Tend Tudo Com. E Loc. Veic.	600.390,00	-	100,00	600.390,00
Equatorial Alagoas Distrib. Energia	340.669,95	-	100,00	340.669,95
Revmar com. De Máquinas Industriais	2.102.700,00	-	100,00	2.102.700,00
DEVA Veículos Ltda	6.232.541,70	-	100,00	6.232.541,70
PLENA Consultoria e Projetos	305.886,66	47.339,89	546,15	258.546,77
DN Construtora Ltda	756.725,91	337.968,05	123,90	418.757,86
Vibal Construções e Serviços Ltda	506.753,58	-	100,00	506.753,58
Elysium Inc. Negocios - EIRELI	3.765.000,00	-	100,00	3.765.000,00
Engefort Construtora e Empreendimentos Ltda	833.839,64	-	100,00	833.839,64
Transrio Caminhões, Onibus, Maqu. E Motores	477.257,65	-	100,00	477.257,65
Nova Max Maquinas e Equipamentos	737.100,00	-	100,00	737.100,00
Construtora MARFIM Ltda	454.850,32	143.914,05	216,06	310.936,27
ARH Projetos e Consultoria Ltda	496.217,13	-	100,00	496.217,13
Total	55.952.176,72	529.221,99	10472,53	55.422.954,73

Fonte: SIAFI

Fornecedores do órgão CODEVASF, registrados em Contas a Pagar Credores Nacionais que tiveram as maiores variações, na maioria das vezes de 100% (vide quadro), os quais somados, resultaram em uma diferença de R\$55.422.954,73 (cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e três centavos) em comparação com o ano anterior.

Nota 07 – Obrigações de Repartição a Outros Entes

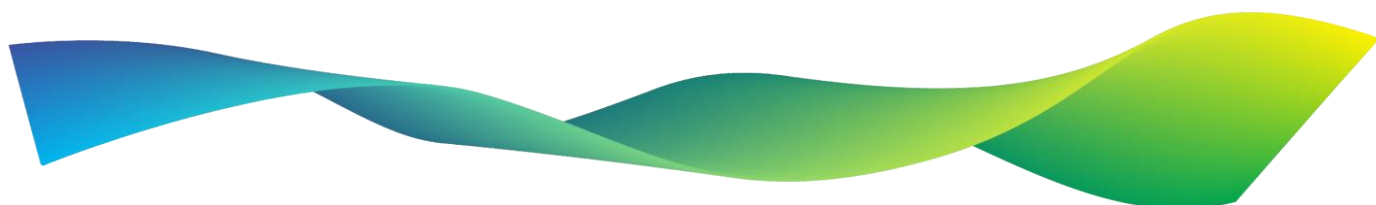
Tabela 10

	R\$			
Obrigações de Repartição a Outros Entes	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	Var. Absoluta
Transf. Discricionárias a Pagar - Consolidação	3.842.985.099,92	-	100,00	3.842.985.099,92
Transf. Discricionárias a Pagar - INTER OFSS	47.703.996,27	-	100,00	47.703.996,27
Total	3.890.689.096,19	-	100,00	3.890.689.096,19

Fonte: SIAFI

Este grupo de contas “Obrigações de Repartição a Outros Entes” (novo no exercício de 2021) recebeu transferência de saldos que estavam registrados no grupo “Demais Obrigações a Curto Prazo” (exercício de 2020), quando foi realizado o saldo de abertura do balancete do exercício de 2021.

Esta criação de Contas no subgrupo 215-Transferências Fiscais a Curto Prazo se deu em atendimento ao PCASP Federação, ocorrendo também mudanças nas situações de



Transferências Constitucionais, Legais e Voluntárias (TRF) a partir de janeiro/21.

A Conta Transferência Discricionária a Pagar – Consolidação compreende os saldos que não serão excluídos nos Demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

Nota 08 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Tabela 11

R\$				
Demais Obrigações a Curto Prazo	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	Var. Absoluta
Valores Restituíveis	44.873.823,46	47.297.769,12	-5,12	-2.423.945,66
Outras Obrigações a Curto Prazo	5.252.360.414,37	9.223.120.915,93	-43,05	-3.970.760.501,56
Total	5.297.234.237,83	9.270.418.685,05	-42,86	-3.973.184.447,22

Fonte: SIAFI

No trimestre de 2021, nota-se uma redução de 42,86% em relação ao período anterior. O Grupo Demais Obrigações a Curto Prazo representa 37,57% do total do Passivo Exigível.

O decréscimo no saldo do Grupo Outras Obrigações de Curto Prazo de 43,05% se deu em razão da transferência de saldos da Conta Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar para novo Grupo de Contas “Obrigações de Repartição a Outros Entes”, Transferências Discricionárias a Pagar – Consolidação, em virtude de mudança para atender o PCASP Federação.

Nota 09 – Resultados Acumulados (Patrimônio Líquido)

Tabela 12

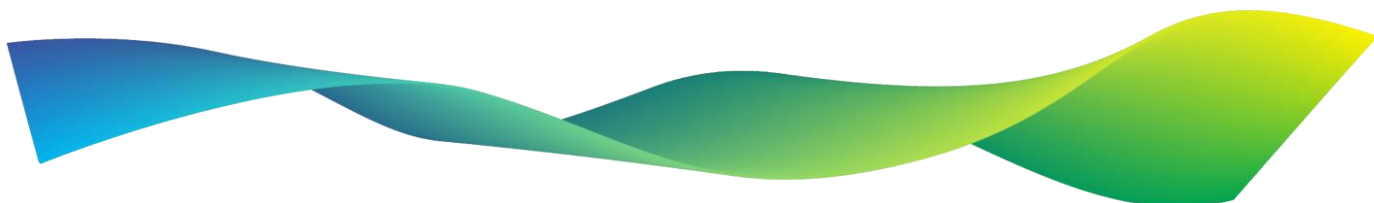
R\$				
Resultados Acumulados	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	Var. Absoluta
Resultado do Exercício	6.728.173.714,08	16.650.106.057,39	-59,59	-9.921.932.343,31
Resultado de Exercícios Anteriores	195.107.264.625,23	178.232.334.165,87	9,47	16.874.930.459,36
Ajustes de Exercícios Anteriores	63.876.512,12	224.576.030,53	-71,56	-160.699.518,41
Total	201.899.314.851,43	195.107.016.253,79	3,48	6.792.298.597,64

Fonte: SIAFI

O Resultado do Exercício no segundo trimestre de 2021 apresentou recuo de 59,59% em relação ao Resultado do Exercício do ano anterior. Essa Conta representou apenas 3,13% do total do Patrimônio Líquido no trimestre.

A conta Resultado de Exercícios Anteriores representou 90,88% do total do Patrimônio Líquido, tendo um acréscimo em percentual de 9,47% entre os períodos. Esta Conta recebe os resultados acumulados de exercícios anteriores de superávit e déficit da administração direta e órgãos vinculados, lucros e prejuízos das empresas Codevasf, CBTU e Trensurb, provenientes de exercícios anteriores.

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores teve um recuo de 71,56%, com registros no MDR e órgãos vinculados, como também nas empresas CODEVASF e CBTU, que tiveram



registros na conta Ajustes de Exercício Anterior-INTRA OFSS, no ano 2021.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nota 10 - Receitas e Despesas

No segundo trimestre de 2021 havia previsão de Receitas (Corrente e de Capital) no montante de R\$19.543.923.517,00 e previsão de execução de despesas (Corrente e de Capital) no valor total de R\$31.798.142.029,00, porém foi arrecadado receitas no valor de R\$1.137.902.543,66 e empenhadas despesas no valor de R\$17.873.464.816,88, resultando em um déficit orçamentário de R\$16.735.562.273,22.

Nota 11 - Receitas Correntes

Em análise das Receitas Correntes, no segundo trimestre de 2021, ficou evidenciado insuficiência na arrecadação de quase todos os grupos, exceto em Receita Industrial, em que não havia previsão, contudo foi arrecadado R\$38,00 com venda de produtos do órgão DNCOS, e também em Outras Receitas Correntes que teve percentual de realização superior a previsão atualizada, 1.796,83%, sendo a previsão no valor de R\$3.159.198,00 e arrecadação no valor de R\$56.765.456,96.

A Receita Patrimonial teve maior variação no valor absoluto de R\$489.381.481,95, com percentual de 67,18% de realização.

Contudo, no trimestre ficou evidenciado frustração na arrecadação das receitas correntes, com total de previsão R\$15.853.597502,00 e total de arrecadação no valor de R\$687.979.380,09, sendo realizado apenas 4,34% do total previsto.

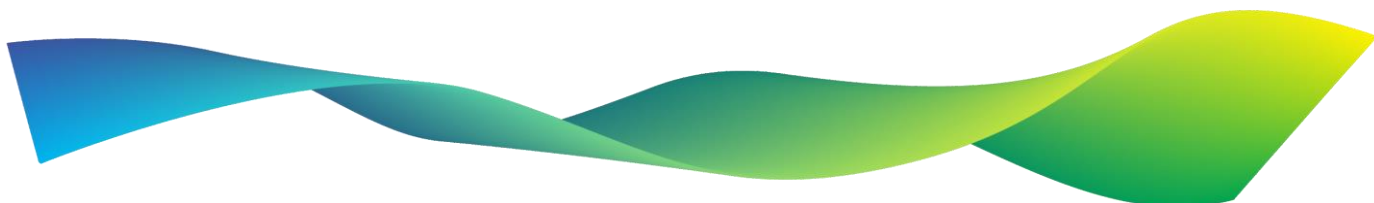


Tabela 13

R\$					
Receitas Correntes	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização %	AV %
Receitas Tributárias	14.641.520.873,00	-	-14.641.520.873,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	728.425.654,00	489.381.481,95	-239.044.172,05	67,18	43,01
Receita Agropecuária	31.733,00	27.290,40	-4.442,60	86,00	0,00
Receita Industrial		38,00	38,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	480.187.322,00	141.699.869,35	-338.487.452,65	29,51	12,45
Transferências Correntes	272.722,00	105.243,43	-167.478,57	38,59	0,01
Outras Receitas Correntes	3.159.198,00	56.765.456,96	53.606.258,96	1796,83	4,99
Total Receitas Correntes	15.853.597.502,00	687.979.380,09	-15.165.618.121,91	4,34	60,46
Receitas de Capital	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização %	AV
Operações de Crédito	2.613.787.582,00	-	-2.613.787.582,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	6.795.243,00	6.200.267,95	-594.975,05	91,24	0,54
Amortização Empréstimos	1.069.743.190,00	443.722.895,62	-626.020.294,38	41,48	38,99
Total Receitas de Capital	3.690.326.015,00	449.923.163,57	-3.240.402.851,43	12,19	39,54
Total	19.543.923.517,00	1.137.902.543,66	-18.406.020.973,34	5,82	100,00

Fonte: SIAFI

Os maiores índices de realização da Receita Patrimonial foram provenientes de receitas de Valores Mobiliários que representaram percentual de realização de 101,48%, em virtude do grande volume de recursos provenientes de rendimentos de aplicações de recursos da Conta Única. A segunda maior variação são as receitas da Exploração de Recursos Naturais, com percentual de realização de 35,33%, conforme a seguir:

Tabela 14

R\$					
Receita Patrimonial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização %	AV %
Exploração do Patrim. Imob. Do Estado	12.439.816,00	5.428.095,73	-7.011.720,27	43,63	0,48
Valores Mobiliários	349.195.288,00	354.367.533,29	5.172.245,29	101,48	31,14
Exploração de Recursos Naturais	366.790.550,00	129.585.852,93	-237.204.697,07	35,33	11,39
Total	728.425.654,00	489.381.481,95	-239.044.172,05	67,18	43,01

Fonte: SIAFI

Nota 12 - Receitas de Capital

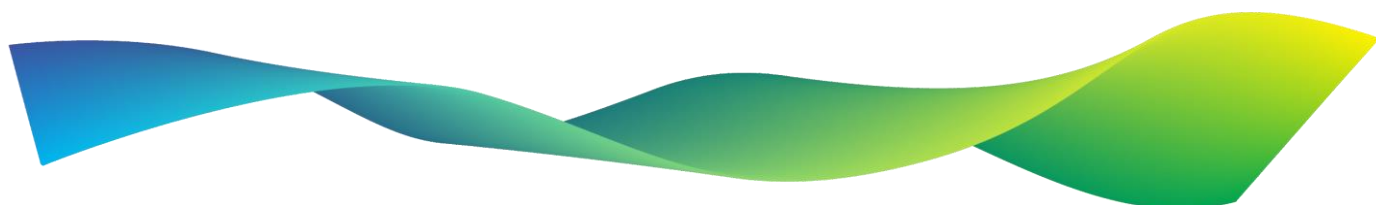
Em análise das Receitas de Capital, no segundo trimestre de 2021, ficou evidenciado insuficiência na arrecadação, com total de previsão R\$3.690.326.015,00 e total de arrecadação no valor de R\$449.923.163,57, sendo realizado apenas 12,19% do total previsto.

Amortização de Empréstimos representou a maior participação de realização, no valor de R\$ 443.722.895,62, percentual de 41,48% de realização.

Tabela 15

R\$					
Amortização Empréstimos	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização %	AV %
Amortização Empréstimos	1.069.743.190,00	443.722.895,62	-626.020.294,38	41,48	38,99
TOTAL	1.069.743.190,00	443.722.895,62	-626.020.294,38	41,48	38,99

Fonte: SIAFI



Nota 13 - Despesas Correntes e Despesas de Capital

Tabela 16

R\$					
Despesas Correntes	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Saldo Dotação	Execução %	AV %
Pessoal e Encargos Sociais	2.662.163.136,00	1.474.976.404,58	1.187.186.731,42	55,41	8,25
Juros e Encargos da Dívida	17.448.498,00	17.448.498,00	-	100,00	0,10
Outras Despesas Correntes	2.699.674.129,00	714.400.239,55	1.985.273.889,45	26,46	4,00
Total Despesas Correntes	5.379.285.763,00	2.206.825.142,13	3.172.460.620,87	41,02	12,35
Despesas de Capital	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Saldo Dotação	Execução %	AV
Investimentos	9.571.724.790,00	896.504.875,19	8.675.219.914,81	9,37	5,02
Inversões Financeiras	16.730.927.564,00	14.770.134.799,56	1.960.792.764,44	88,28	82,64
Total Despesas de Capital	26.302.652.354,00	15.666.639.674,75	10.636.012.679,25	59,56	87,65
Reserva de Contingência	116.203.912,00		116.203.912,00	0,00	0,00
Total Reserva Contingencia	116.203.912,00	-	116.203.912,00	0,00	0,00
TOTAL	31.798.142.029,00	17.873.464.816,88	13.924.677.212,12	56,21	100,00

Fonte: SIAFI

As Despesas Correntes foram executadas no percentual de 41,02%, no segundo trimestre de 2021, tendo sido empenhados o valor de R\$2.206.825.142,13, de um total de R\$5.379.285.763,00 de dotação.

Pessoal e Encargos Sociais foi o que mais contribuiu, com percentual de execução de 55,41% das Despesas Correntes, sendo empenhadas nesse grupo o total de R\$1.474.976.404,58.

Já as Despesas de Capital, as Inversões Financeiras foram executadas na proporção de 88,28% em relação à dotação, representando o maior índice de execução dessas despesas.

Não houve execução de Reserva de Contingência no segundo trimestre, permanecendo a dotação de R\$116.203.912,00.

Brasília-DF, 30 de julho de 2021

Rômulo de Sousa Monteiro – Contador Responsável
CRC nº 016582/O

